

Aprendendo a ler um dicionário: análise de verbetes substantivos

Félix Bogueño Miranda *
Renata Beneduzi **

Resumo: Este trabalho busca avaliar a viabilidade do uso do dicionário como um instrumento de ensino/aprendizagem da língua portuguesa. Com este objetivo, se fez um estudo dos principais problemas encontrados nas definições dos substantivos em quatro dicionários gerais da língua portuguesa e, a partir disso, oferecemos algumas propostas de como tratá-los, em sala de aula, para o ensino da língua. Finalmente, apresentamos alguns parâmetros que permitem avaliar a qualidade das definições nos dicionários, com o propósito de que o leitor/professor possa fazer uma leitura correta das informações encontradas no comentário semântico e, dessa maneira, facilite o acesso aos estudantes.

Palavras-chave: Dicionário, Microestrutura, Substantivo.

Resumen: Este trabajo busca evaluar la viabilidad del uso del diccionario como un instrumento de enseñanza y aprendizaje de la lengua portuguesa. Con este objetivo se hizo un estudio de los principales problemas encontrados en las definiciones de los sustantivos en cuatro diccionarios generales de la lengua portuguesa y, a partir de eso, ofrecemos algunas propuestas de cómo tratarlos, en clases, para la enseñanza de la lengua. Finalmente, presentamos algunos parámetros que permiten evaluar la calidad de las definiciones en los diccionarios, con el propósito de que el lector/profesor pueda hacer una lectura correcta de las informaciones encontradas en el comentario semántico y, de esa manera, facilite el acceso a los estudiantes.

Palabras clave: Dicionario, Microestructura, Sustantivo.

* Doutor em Romanística pela Universidade de Heidelberg, Alemanha. Professor do Instituto de Letras da UFRGS.

** Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

1 Introdução

O dicionário é considerado o tesouro de uma língua e, muito mais que uma simples lista de palavras, pode ser um importante instrumento para o ensino e a aprendizagem da língua. Um dicionário geral procura contemplar todo o repertório léxico de uma língua e, além disso, apresenta importantes informações morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas sobre cada unidade léxica.

No entanto, para que se possa desenvolver um ensino e aprendizagem da língua portuguesa através do uso do dicionário, é importante ter conhecimento das diferentes formas como a informação pode ser apresentada, visto não haver um suficiente rigor teórico-metodológico na elaboração de seus artigos léxicos (cfr. Beneduzi:2004).

Segundo Finatto (1996:56), a definição dos dicionários “tem despertado o interesse de diversos estudiosos, já que de sua qualidade conceptual depende o valor de todo e qualquer dicionário”. Devido à vital importância do comentário semântico na constituição do dicionário, nosso trabalho estará focado exclusivamente na sua formulação e apresentará uma análise das principais dificuldades na leitura e compreensão de um verbete de dicionário.

Para nosso estudo, foram selecionados quatro dicionários da língua portuguesa tidos como “padrão”, quais sejam, Ferreira (1999),

Michaelis (1998), Houaiss (2001) e Borba (2002). Nossa análise estará centrada nos verbetes substantivos, por ser esta classe de palavras a mais abundante em nossa língua.

2 Análise do comentário semântico dos substantivos

Apresentamos, a seguir, os principais problemas encontrados nas definições da lexicografia brasileira e possíveis soluções para que se possa trabalhar o ensino de língua portuguesa através do uso do dicionário:

2.1 Definição lexicográfica e definição enciclopédica

A definição lexicográfica deve apresentar uma exposição suficiente (e não exaustiva) do significado do vocábulo. No entanto, muitos dicionários não estabelecem um limite entre o significado de um vocábulo e de seu referente, o objeto extralingüístico. Assim, encontramos muitas vezes definições que se referem às coisas e não às palavras, como no exemplo que segue, retirado de Ferreira (1999):

Bras. Angol. Bot. Planta da família das bromeliáceas (*Ananas sativus*), cultivada ou selvagem, cuja parte comestível é infrutescência carnosa resultante do crescimento e da

coalescência de todas as flores da inflorescência. Tanto a infrutescência como o caule encerram uma enzima proteolítica que pode ter o mesmo emprego que a papaína. (s.v. *abacaxi*¹, ac. 1)

Esse tipo de definição, contendo uma informação “enciclopédica”, não é de muita utilidade para o leitor que busca descobrir o significado da palavra *abacaxi*, pois utiliza uma linguagem excessivamente especializada. É importante que o professor tenha conhecimento das diferenças entre as definições que devem ser encontradas em um dicionário e as que se referem a textos enciclopédicos, para poder aproveitar as definições realmente lexicográficas, que são as únicas aplicáveis ao ensino da língua, uma vez que as enciclopédicas prestam-se mais ao ensino de conteúdos da área das ciências naturais.

Além disso, a primeira acepção do vocábulo *abacaxi* diverge entre os diferentes dicionários. Isso ocorre porque não existe um consenso teórico a respeito da ordem em que devem aparecer as acepções. Como já vimos que alguns dicionários utilizam conceitos enciclopédicos em algumas definições, esses conceitos são também transportados para a classificação das acepções. Assim, em três dos dicionários analisados a primeira acepção corresponde à planta e a segunda, ao fruto. Somente Borba (2002) apresenta a fruta em primeiro lugar, o que facilita a compreensão do

leitor que, tendo um maior contato com a fruta, passa a identificar a planta produtora a partir dela.

Dessa forma, o professor pode confrontar definições como a apresentada anteriormente e a que aparece em Borba (2002): “Frutificação em massa, grande, escamosa, de sulcos simétricos, de forma cônica terminando por uma coroa espinhosa, polpa branca ou amarelada, aromática e succulenta” (s.v. *abacaxi*, ac. 1).

Podemos, assim, perceber que a segunda definição apresenta traços mais essenciais que definem lingüísticamente a palavra-entrada. Tal fato, além de torná-la mais simples de ser compreendida, confere-lhe o status de definição lexicográfica.

2.2 Metalinguagem de signo e metalinguagem de conteúdo

Em um dicionário semasiológico, como os quatro analisados, a definição lexicográfica deve ser constituída por uma paráfrase, utilizada como equivalente de um lexema. Tal definição deve preocupar-se primeiramente em explicar o que a palavra em questão significa (“metalinguagem de conteúdo”) e não o que é, como e para que se emprega (“metalinguagem de signo”). No entanto, é comum encontrarmos em nossos dicionários uma alternância entre as duas metalinguagens dentro de uma mesma definição, como em Michaelis (1998): “algunha dos portugueses no Rio de Janeiro” (s.v. *abacaxi*, ac. 3). Nesse exemplo, o dicionário

explica, mas não define a palavra-entrada. Além disso, a localização geográfica deveria aparecer em um contexto separado da definição (ou no primeiro enunciado), por caracterizar a metalinguagem de signo e não de conteúdo.

Dessa forma, o professor deve estar atento ao tipo de informação que a paráfrase definidora apresenta, para identificar se corresponde estritamente ao conteúdo semântico do signo-lema ou apresenta informações complementares, como formas de uso, por exemplo. Estas informações complementares, muitas vezes, são importantes para completar a significação da palavra-entrada e para que esta possa ser compreendida em sua totalidade; no entanto, o lexicógrafo deve deixar claro ao seu consultante em qual metalinguagem sua definição é construída.

2.3 Nível conceitual e nível formal

Para a análise das definições também é importante levarmos em consideração o aspecto formal. Além de saber o que dizer, o lexicógrafo deve sempre estar preocupado em encontrar a melhor forma de dizê-lo. Por isso, “hay que distinguir entre el nivel conceptual y el nivel de la formalización dentro de una lengua” (Baldinger, 1977:87), ou seja, o lexicógrafo não deve apresentar somente uma representação de estruturas conceituais (metalinguagem de segundo nível), mas também uma definição dentro dos padrões

formais da língua. Isto significa que o lexicógrafo deve tentar encontrar as palavras que melhor exprimam o significado da representação conceitual para apresentar na definição do dicionário. No entanto, uma das maiores dificuldades da prática lexicográfica é justamente transpor o limite entre os sememas (representações conceituais) e os lexemas (termos usados na definição). Um exemplo que nos permite ilustrar tal situação pode ser encontrado na definição de Michaelis (1998): “fruto dessa planta, grande e escamoso, de sulcos simétricos e forma cônica, muito aromático e saboroso” (s.v. *abacaxi*, ac. 2). Neste caso, o dicionário salienta acertadamente o sema que corresponde ao sabor da fruta, isto é, destaca que o sabor é uma característica fundamental que distingue a fruta “abacaxi” das demais frutas. No entanto, no momento de transpor este sema para os termos formais de uma definição, o lexicógrafo não pôde encontrar uma palavra que representasse exatamente o conceito do sema. Assim, a palavra selecionada “saboroso” não caracteriza especificamente o sema, isto é, não destaca o sabor como uma característica fundamental, mas transmite ao leitor a impressão de que se trata de um virtúema, pois não constitui uma condição necessária e suficiente para caracterizar “abacaxi” como tal, mas representa, sim, uma característica subjetiva.

O professor deve reconhecer que a definição lexicográfica pode ser desmembrada

em todos os semas que a constituem e observar se todas as informações são realmente essenciais para a compreensão do signo-lema em sua totalidade. Além disso, é importante observar que muitas vezes as informações são virtuemáticas, isto é, não são exclusivas e fundamentais da palavra-entrada. Nestes casos, são usadas estruturas com disjunções, como em Houaiss (2001): “assento estreito e duro (de madeira, pedra, ferro, cimento, etc.), com ou sem apoio para os braços, ger. para mais de uma pessoa, provido ou não de encosto” (s.v. *banco*, ac. 1), para que o leitor escolha aquela que melhor se adéque a sua situação. Também pode ser observado o uso dos adjetivos nas definições e analisado se correspondem estritamente a semas ou se conferem características subjetivas ao comentário semântico. Cabe ressaltar que o uso anteposto dos adjetivos sempre conduz a um maior grau de subjetividade e, ao contrário, a definição lexicográfica deve ser sempre o mais objetiva possível.

2.4 Definição sinonímica

Existem algumas classes de palavras em que se torna mais difícil formular uma definição. Nestes casos, em que não se encontra uma definição apropriada para o signo-lema, os lexicógrafos recorrem a uma lista de sinônimos, de forma a oferecer ao consulente um repertório léxico que se aproxime do

significado da palavra-entrada, como em Borba (2002): “repugnância; nojo; repulsa” (s.v. *asco*¹, ac. 1). A forma de definição que apresenta uma lista de sinônimos não é, no entanto, a mais recomendada, pois não explica a palavra-entrada e leva o leitor a uma série de consultas sucessivas ao dicionário. Tal situação pode ser observada se buscarmos os sinônimos que definem *asco* em Borba (2002):

“repugnância; repulsa; asco” (s.v. *nojo*, ac. 1)

“repulsa; asco; nojo” (s.v. *repugnância*, ac. 1)

“repugnância; nojo” (s.v. *repulsa*, ac. 2)

Esse problema representa o que Martínez de Souza (1995, s.v. *definición*) chamou de “círculo vicioso na definição”.

A definição através de sinônimos constitui, ainda, um grave erro metodológico em dicionários semasiológicos. Os dicionários de orientação semasiológica devem caracterizar-se pelas definições através de paráfrases, a fim de oferecer ao consulente o significado de uma palavra e não uma relação de outras palavras que compartilham parte do mesmo conteúdo semico; afinal, sabemos que não existe sinonímia perfeita e essa posição da maioria dos dicionários encarrega o leitor de uma decisão que deveria ser tomada pelo lexicógrafo: a de decidir qual ou quais palavras substituem a palavra-entrada.

Entretanto, essa postura da maioria dos lexicógrafos pode ser compreendida pela dificuldade em encontrar um hiperônimo suficientemente amplo e, ao mesmo tempo, informativo. Alguns dicionários utilizam, inclusive, dois hiperônimos para tentar definir de forma precisa a palavra-entrada, como Ferreira (1999): “Qualidade ou caráter de bom” (s.v. *bondade*, ac. 1). Está claro que tal solução não pode ser considerada satisfatória, pois também encarrega o leitor da responsabilidade de decidir qual o hiperônimo mais adequado.

É importante que o professor esteja ciente da diferença entre um dicionário geral de língua (de caráter semasiológico) e um dicionário de sinônimos, para saber que a definição sinonímica não está bem localizada no primeiro. Além disso, cabe-se questionar se, muitas vezes, os sinônimos utilizados contribuem realmente para a compreensão do significado da palavra-entrada ou funcionam apenas como uma lista de palavras que nos leva a vasculhar todo o dicionário.

2.5 Seleção hiperonímica e rede de acepções

Como vimos, existem casos em que se torna difícil apresentar uma definição para a palavra-entrada. Por outro lado, há situações em que a dificuldade consiste em encontrar um hiperônimo apropriado para cada acepção. Há ainda situações em que, além da dificuldade

na escolha do hiperônimo, não há uma delimitação precisa entre as diferentes significações do signo-lemma e, conseqüentemente, não há uma diferenciação entre suas acepções. Um exemplo desse fenômeno, corresponde às definições dos substantivos abstratos de ação que denotam “ato” e “efeito”. A maioria dos dicionários analisados não estabelece uma diferença entre as acepções de “ato” e “efeito”, construindo definições em que, em uma mesma acepção, aparecem essas duas significações da palavra-entrada, como em Ferreira (1999): “ato ou efeito de desenvolver(-se); desenvolvimento” (s.v. *desenvolvimento*, ac. 1). Os hiperônimos do tipo “ato ou efeito”, no entanto, não são de muita utilidade para um leitor comum, que deve decidir algo que deveria ter sido feito pelo lexicógrafo.

Além das acepções que representam o ato e o efeito, “desenvolvimento” também pode significar um processo. Assim, Houaiss (2001) indica esta significação através da construção: “aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento, progresso, adiantamento” (s.v. *desenvolvimento*, ac. 2). Michaelis (1998), por outro lado, representa a mesma idéia de processo de uma forma mais concisa: “Crescimento ou expansão gradual” (s.v. *desenvolvimento*, ac. 2). Já Borba (2002) apresenta uma solução diferente, marcando o aspecto do verbo no primeiro enunciado. Sua proposta seria:

[Abstrato de Ação] [...]

1 criação, produção: [...]

2 execução: [...]

[Abstrato de Processo]

3 crescimento; progresso: [...]

(s.v. *desenvolvimento*, ac. 1, 2 e 3)

Podemos perceber que as duas primeiras acepções correspondem, respectivamente, ao que chamamos de “ato” e “efeito”. Já a terceira acepção, como marcado no primeiro enunciado, indica um processo. A proposta de Borba é, sem dúvida, inovadora e muito coerente. No entanto, ao trabalhar com metalinguagem de segundo nível em seu dicionário, dificulta a compreensão para um leitor comum. O consulente deve ter conhecimentos mínimos de lingüística para saber o que significa um abstrato de ação e de processo. Assim, a classificação proposta por Borba é muito útil para se pensar a elaboração de um dicionário, mas deveria ter sido convertida para uma linguagem formal antes de aparecer no dicionário.

Se analisarmos o verbete *habilitação*, percebemos que, além das acepções que se referem ao “ato” e ao “efeito”, existem novas significações que se formam a partir da expansão sêmica e convertem o substantivo, originalmente de ação, em um abstrato de estado ou até mesmo em um substantivo concreto, conforme pode ser observado em Ferreira (1999):

1. Ato ou efeito de habilitar(-se).

2. Conjunto de conhecimentos; aptidão, capacidade.

4. *Jur.* Conjunto de documentos apresentados à autoridade competente [...] (s.v. *habilitação*, ac. 1, 2 e 4)

Tal fato, permite-nos concluir que não existe uma classificação rígida e imutável dos substantivos abstratos, mas sim que eles apresentam uma complexa rede de acepções, a qual que deve ser corretamente identificada e separada.

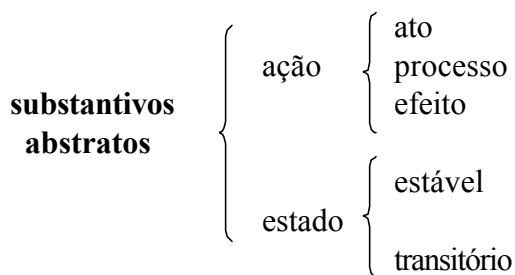
Assim, através do dicionário, o professor pode trabalhar questões como a escolha de hiperônimos adequados a cada classe de palavras e as diferenças entre as acepções causadas pela expansão sêmica do vocábulo.

3 Substantivos concretos x substantivos abstratos

Os substantivos concretos têm referentes no mundo dos objetos e deste fato origina-se a maior dificuldade em sua definição, que é justamente definir o significado do vocábulo e não tentar criar uma imagem exata do referente extralingüístico.

Já os substantivos abstratos não têm um referente independente, mas constituem-se em atos, eventos ou estados relacionados a seres, coisas ou estado de coisas (cf. BORBA:2003). Dessa forma, a tentativa de defini-los torna-se

ainda mais complexa. Além disso, durante a análise dos substantivos abstratos, percebemos que havia uma heterogeneidade na gênese dessa classe de palavras e, por isso, a partir da classificação do significado categorial proposta por Borba (2003), elaboramos um modelo que permitisse dividir os substantivos em grupos, conforme o esquema abaixo elaborado em metalinguagem de segundo nível, de acordo com sua origem:



Os substantivos abstratos que se originam de verbos, particularmente os terminados em *-ção* e *-ento*, foram classificados como abstratos de ação. Dentro desse grupo, estabelecemos uma distinção entre os nomes a partir da classificação do aspecto dos verbos (cfr. Rojo:1990). Dessa forma, os substantivos derivados de verbos essencialmente incoativos, isto é, que indicam o início de um processo, foram classificados como “ato”; os substantivos abstratos que se originam de verbos cursivos, isto é, que indicam a totalidade do processo, foram classificados como “processo” e, finalmente, os abstratos que se originam de verbos

resultativos, isto é, que indicam a consequência ou o resultado de um processo, foram classificados como “efeito”.

Já os substantivos abstratos que indicam um estado podem ter sua origem em um adjetivo ou constituir uma forma primitiva, o que torna sua análise muito mais complexa. Os primeiros resultados encontrados através de nosso estudo em um projeto para a elaboração de um dicionário de falsos amigos¹ permitiram-nos apenas estabelecer uma distinção entre os que representam uma característica estável, isto é, algo que é próprio do ser humano e não pode ser alterado, e os que representam uma característica transitória, que pode mudar de um momento para o outro. Para verificar o caráter estável/transitório de um substantivo, utilizamos construções com os verbos “ser” e “estar”, denotando o primeiro algo estável e o segundo, algo momentâneo².

Assim, o professor também pode trabalhar as diferenças entre os substantivos concretos e

¹ Este trabalho faz parte do Projeto de Pesquisa “Pequeno Dicionário de Falsos Amigos Espanhol-Português”, sob orientação do Prof. Dr. Félix Valentín Bugeño Miranda, desenvolvido no Instituto de Letras da UFRGS. Para uma visão geral do projeto v. Bugeño: 2003.

² Um exemplo de substantivo abstrato de estado estável é *bondade*, pois dizemos que uma pessoa “é boa”. Já um abstrato de estado transitório pode ser *cansaço*, pois utilizamos a construção “está cansado” e não *“é cansado”.

abstratos a partir de definições lexicográficas e identificar os diferentes tipos de substantivos abstratos segundo sua origem. Além disso, o estudo do aspecto verbal é um importante exercício para a compreensão do funcionamento da língua.

4 Conclusões

O dicionário pode ser um importante instrumento para o ensino e aprendizagem da língua desde que se faça dele uma leitura correta. Para isso, é necessário que haja um profissional que compreenda seu funcionamento e possa facilitar o acesso às informações. Dessa forma, cabe ao professor, detentor do conhecimento lingüístico, antever os problemas que podem ser encontrados nas definições dos dicionários e decifrar suas construções, de modo que os alunos possam aprender de forma simples e prática, através de um instrumento que está à disposição (com maior ou menor qualidade) em quase todos os lares brasileiros.

Para que o professor possa avaliar a qualidade de uma definição, elaboramos alguns parâmetros objetivos de análise a partir dos critérios metalexográficos apresentados em Souza (1995, s.v. *definición lingüística*). Para esse autor, a definição deve ser concisa (apresentar as informações essenciais em um único período), abrangente (corresponder

rigorosamente à unidade léxica que define) e circular (substituir o termo definido sem alterar sua significação). Os parâmetros propostos estabelecem que a definição deve apresentar um único período, com uma linguagem adequada ao público leitor e onde as informações que ajudam à compreensão, mas não fazem parte da definição propriamente dita, apareçam sob a forma de “contorno da definição”³, isto é, como um complemento da mesma, a fim de obter concisão. Além disso, as definições podem ser construídas sob a fórmula “genus proximus + differentiae specificaе”, isto é, apresentar um hiperônimo e seus especificadores próprios, para alcançar a abrangência. Por fim, a circularidade seria obtida pela construção de uma definição que respeitasse o isomorfismo morfológico e permitisse a substituição do lexema pela paráfrase definidora.

Assim, o professor pode utilizar estes parâmetros ou criar sua própria metodologia de análise para avaliar a qualidade das definições encontradas nos dicionários e, a partir disso, identificar com seus alunos os problemas e as possíveis soluções. Além disso, o próprio professor pode tentar adaptar as definições

³ Para um estudo mais aprofundado sobre a utilidade do contorno nas definições v. Seco (1987, p. 35-45). Este autor, no entanto, trata do contorno somente em relação às definições de verbo. Neste trabalho, ampliamos o conceito de “contorno” para “informações que auxiliam a compreensão do leitor”.

existentes ao modelo proposto, trabalhando as questões das informações sememáticas, dos hiperônimos, das metalinguagens, da expansão sêmica e, inclusive, das construções de paráfrases.

Referências bibliográficas

- BALDINGER, Kurt. **Teoría semántica**: Hacia una semántica moderna (I). Madrid: Alcalá, 1977.
- BENEDUZI, Renata. Análise da microestrutura em quatro dicionários semasiológicos da língua portuguesa e propostas de emendas. **Ao Pé da Letra**, UFPE, 2004 [em avaliação].
- BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do português brasileiro**. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. **Organização de Dicionários**: Uma Introdução à Lexicografia. São Paulo: UNESP, 2003.
- BUGUEÑO, Félix Valentín. Consideraciones para un nuevo diccionario de falsos amigos español-portugués. **Polifonia**, Cuiabá, v. 6, p. 103-127, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio. Dicionário da língua portuguesa: século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FINATTO, Maria José Bocorny. Da lexicografia brasileira (1813-1991): a microestrutura dos dicionários gerais de língua. **Linguística**, ALFAL, v. 8, p. 53-87, 1996.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- ROJO, Guillermo. Relaciones entre temporalidad y aspecto en el verbo español. In: BOSQUE, Ignacio (ed.), **Tiempo y aspecto en español**. Madrid: Cátedra, 1990.
- SECO, Manuel. La definición lexicográfica. In: SECO, M. **Estudios de lexicografía española**. Madrid: Paraninfo, 1987. p. 15-45.
- SOUZA, José Martínez de. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1999.